



Campanha Salarial

Sindivigilantes do Sul afirma: “Não assinaremos convecção que tire direitos”



Vigilantes, estamos aqui para informar e esclarecer aspectos sobre a nossa campanha salarial. Como todos sabem, em novembro do ano passado tiramos, nas assembleias da categoria, a nossa pauta de reivindicação. Nesta pauta, entregue à patronal, como não poderia ser diferente, pedimos avanços e, fundamentalmente, a manutenção de nossos

direitos.

Mas, já na primeira resposta da patronal, veio chumbo grosso. Foram as empresas, através do Sindesp, que quiseram impor a sua própria pauta, com mais de 90 cláusulas, que na sua maioria atacam os nossos direitos.

Desde a primeira rodada de negociações com o Sindesp, deixamos claro à categoria

que a proposta da patronal era MUITO RUIM, porque acaba com direitos importantes, cria vários tipos de jornadas novas, prejudiciais aos trabalhadores, inclusive redução e fracionamento de intervalos, prejuízo nas férias, entre outros. E, talvez o mais grave, a patronal quer que o sindicato assinasse uma convenção onde este concorde que, daqui para frente, não vale mais a lei, a jurisprudência, as decisões judiciais, mas só o que estiver na convenção, na convenção DELES!

É do conhecimento de todos que já tivemos assembleias onde a proposta patronal foi rechaçada, por unanimidade. Se não fechamos a CCT até hoje, é porque, obviamente, não concordamos com ela! Nossa assessoria jurídica, inclusive, deu parecer contrariando 85% das cláusulas apresentadas pelo Sindesp. Aliás, recentemente recebemos mais uma contraproposta da patronal que não alterou EM NADA a proposta anterior.

Porém, o mais lamentável, digníssima categoria, é que alguns opositores da atual direção, alguns dissidentes, alguns que nem fazem mais parte da categoria, estão aproveitando a campanha salarial para entupir as redes sociais de intrigas, de maldades, de boatos e de mentiras. Um deles chegou a dizer, em dezembro ou janeiro, que a convenção já estava assinada pelo sindicato. Pra que essas mentiras? Com qual objetivo? Deixamos que a inteligência de cada membro da categoria responda a essa pergunta!

Mas não nos assustamos com estes maldosos, dissidentes, rábulas que querem protagonismo político neste delicado momento do nosso país. Confiamos na inteligência, na sensibilidade do vigilante, dos membros da categoria, que certamente não cairão no conto destes impostores, oportunistas e irresponsáveis, que ainda não admitem a derrota de suas ideias.

É momento de união, mas o que se vê, numa minoria esquizofrênica, é o ódio, a disputa política a qualquer preço, até na campanha salarial. Não sucumbiremos às maldades desta

minorias. Seguiremos firmes em nossa campanha salarial e NÃO ASSINAREMOS uma convenção que tire direitos da categoria. Denunciaremos ao Ministério Público as práticas ilegais, iremos à Justiça se necessário for, para defender a nossa categoria, o que, aliás, é o nosso fundamental papel.

Mas precisamos que você, membro da categoria, vigilante, também faça o seu papel, vindo às assembleias, participando, protestando contra todo este ataque aos direitos trabalhistas e previdenciário que os governos, parlamentares e até mesmo alguns setores do poder judiciário têm promovido.

Aos opositores do sindicato, mesmo aqueles que sequer trabalham mais na categoria, aqueles que tiram licenças para ter tempo de atacar a entidade, aqueles que só estão fazendo política por que têm a pretensão de se candidatar a vereador, temos um recado: PAREM e olhem para a realidade, pois aí constatarão quanta pobreza e mentira há em suas palavras, em suas atuações. A categoria é inteligente, a categoria está vendo isso!

Muita coisa, de tão absurda, nem nos damos o trabalho de responder, porque o foco do sindicato não são estes impostores e sim, você, VIGILANTE, que acorda cedo e dorme tarde, que luta diariamente pelo sustento da família. Na semana que vem teremos novas notícias para vocês, pois segunda-feira (16) haverá uma reunião, da qual participarão vários sindicatos e advogados, quando tiraremos uma grande agenda de mobilizações e de estratégias para alcançarmos uma convenção de trabalho DIGNA. Aguarde novas notícias e participe das assembleias. Avante na luta e sempre VIGILANTES!

Fonte: Sindivigilantes do Sul

DF: Investir na luta é investir no futuro!



Alguns vigilantes estão impacientes com a demora das negociações no TRT 10. No dia 9 de abril, o único ponto da pauta a ser discutido era o plano de saúde. No entanto, ao chegarmos lá, o Grupo de Trabalho designado pelo TRT alegou que não teve tempo para analisar a documentação, diante disso uma nova audiência foi remarcada para o dia 25 de abril, para tratar desse assunto.

Esperamos que neste dia ainda dê tempo discutirmos outros pontos da pauta.

Momentos difíceis, sim.

Estamos vivendo momentos muito difíceis. Os vigilantes mais velhos já viveram isso em outras épocas e os mais novos estão vivendo agora. Hoje, tudo se volta contra a classe trabalhadora: o legislativo, o executivo e o judiciário e isto acontece porque na hora de votar, trabalhadores escolhem banqueiros, empresários, grandes fazendeiros, etc. E sinceramente, essas pessoas vão legislar em defesa do povo trabalhador? Já vimos que não. Está aí a reforma trabalhista para comprovar.

Unidade, perseverança e serenidade.

Se as coisas estão ruins agora, somente nós, vigilantes e demais trabalhadores, mudaremos isso. Mas é preciso unidade,

mobilização e serenidade. Não buscar culpados onde eles não estão. Na verdade, eles estão no Congresso Nacional, nos palácios de justiça e de governo e nas sedes das empresas. Se não reconhecermos que esses são os que transformam nossas vidas para pior, estaremos lutando em vão e brigando justamente com o único instrumento de luta dos vigilantes: o seu Sindicato.

A maioria reconhece o nosso trabalho

Felizmente temos visto muitos vigilantes demonstrando que reconhecem o momento que estamos vivendo, conseguem visualizar a realidade, a conjuntura, conseguem analisar o que de fato está acontecendo em nosso País com inteligência, sem se deixarem influenciar por imprensa, ou grupos representando os patrões nas redes sociais.

O imediatismo, o querer agora, já, não nos levará a nada. Pois a luta está muito mais difícil e precisamos medir bem os passos que daremos para sairmos vitoriosos.

Estamos juntos, sempre!

É desesperador ter o salário incompleto no final do mês. Mas pior que isso, é não ter salário nenhum no final do mês e já dissemos que a campanha salarial do ano passado, evitou que 30% da categoria fosse trocada por horista. Quem disse que não poderia ser você, um dos desempregados?

Neste ano, estamos lutando muito mais do que reajuste salarial, é para manter conquistas e benefícios que os patrões querem tirar e que podem reduzir nosso contracheque todos os meses.

Pense no futuro!

Este momento de ataques seja dos patrões,

do executivo e do legislativo, pois estão todos unidos querendo tirar nossa sobrevivência, exige que cada um e, ao mesmo tempo, todos nós, estejamos juntos e unidos para fazer o enfrentamento e defender nossos salários, nossos empregos e a sobrevivência de nossas famílias.

O nosso papel é o de defesa do emprego e da dignidade de cada trabalhador

Conforme a Pauta do TRT 10 for sendo cumprida, item por item, a categoria será sempre informada. Lembrando que o importante nesta crise que o Brasil vive, é a manutenção do emprego, dos nossos direitos e conquistas.

Fonte: Sindesv-DF

Reforma trabalhista empurra país para a pobreza, diz associação de juízes

Diretora da entidade afirma que trabalho intermitente não garante renda digna

Para a diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Luciana Conforti, a Lei 13.467, de “reforma” trabalhista, vai acelerar o caminho do país para a pobreza extrema e a desigualdade social. A análise é feita com base em dados divulgados nesta semana por uma consultoria (LCA), amparada com informações do IBGE, demonstrando que de 2016 para 2017 cresceu (11%) o número de brasileiros em situação de pobreza: no ano passado, eram mais de 7%, o equivalente a 14,8 milhões de pessoas.

“O trabalho intermitente ou contrato a zero hora não garante uma renda mínima e digna para que o trabalhador possa fazer face às suas necessidades mais básicas”, afirma a magistrada. Ela acredita que, com as mudanças trazidas pela lei, os índices de pobreza e desigualdade serão acentuados. Luciana chama a atenção ainda para o “estancamento” da redução da desigualdade no país, onde mais de 20% da renda se concentra no 1% da população mais rica.

A Anamatra destaca ainda que o crescimento

de postos de trabalho no Brasil, em 12 meses, deve-se basicamente ao mercado informal. De acordo com o IBGE, foram criadas 1,848 milhão de vagas em 12 meses, até janeiro, mas essa expansão vem do emprego sem carteira (986 mil) e do trabalho por conta própria (581 mil).

O presidente da associação, Guilherme Feliciano, afirma que a situação econômica “põe em xeque” a reforma trabalhista, particularmente nas propostas que preveem modalidades precárias de contratação. “A prestação de serviços de autônomo exclusivo implica em informalidade e o contrato de trabalho intermitente, se permite inflar as estatísticas do emprego formal, pode ser vazio de conteúdo, autorizando meses de contratação sem qualquer salário. Na prática, em situações como esta, a condição social será a mesma de um trabalhador informal”, critica.

Fonte: Rede Brasil Atual

Defesa entra com novo recurso no STF pedindo a liberdade do ex-presidente Lula

O novo recurso será encaminhado ao ministro Edson Fachin, que negou o mesmo pedido anteriormente. Se negar novamente, o caso deverá ser julgado pela Segunda Turma ou pelo plenário



A defesa do ex-presidente Lula entrou nesta sexta-feira (13) com novo recurso no Supremo Tribunal Federal (STF) para anular o mandado de prisão expedido pelo juiz federal de primeira instância, Sérgio Moro. Lula está sendo mantido como preso político desde sábado (7), na sede da Superintendência da Polícia Federal, em Curitiba, no Paraná.

Este é o segundo recurso que a defesa do ex-presidente apresenta à Corte desde que Lula teve a prisão decretada, no dia 5 de abril e o argumento é o mesmo: Lula tem o direito de aguardar em liberdade o fim dos recursos até a última instância da Justiça, como determina a Constituição.

No recurso desta sexta, Sepúlveda Pertence, ministro aposentado do STF e um dos advogados de defesa do ex-presidente, sustenta que a decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4)

que confirmou a sentença de Moro e o autorizou a decretar a prisão de Lula é ilegal. Para Pertence, o tribunal extrapolou o que foi decidido na Corte quando do julgamento das ações que permitiram a prisão após o fim dos recursos na segunda instância da Justiça.

O ex-ministro do STF argumenta que o fim dos recursos na segunda instância só ocorre com a chegada dos recursos especial e extraordinário ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao STF. O ex-presidente Lula só poderia ter a pena executada após a admissão dos recursos especial e extraordinário nos dois tribunais.

“Enquanto o STF afirmou que, exaurida a jurisdição ordinária, a prisão em segunda instância é uma possibilidade que não compromete o princípio da presunção de inocência, o ato reclamado decidiu que, havendo acórdão condenatório, o cumprimento de pena deve ter início, sem outras considerações”, diz a defesa.

O novo recurso será encaminhado ao ministro Edson Fachin, que negou o mesmo pedido anteriormente. Se a decisão for mantida, o caso deverá ser julgado pela Segunda Turma ou pelo plenário.

Fonte: CUT

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Pricilla Abdelaziz

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF